

Relator propõe 1 ano de transição

O relator da Medida Provisória nº 1.053, senador Coutinho Jorge (PMDB-PA), pretende propor um período de transição de um ano para a desindexação total da economia. Ao final desse prazo, tanto os salários quanto os impostos deixariam de contar como proteção automática contra a inflação. "Sei que o Governo não é simpático ao estabelecimento dessa transição", admite Coutinho, que se encontra às voltas com as 186 emendas apresentadas à medida provisória. "Mas precisamos buscar mecanismos que permitam uma passagem mais suave entre a cultura da indexação e a cultura da negociação", adianta.

O relator quer garantir proteção, pelo menos temporária, aos salários de até R\$ 300. Defende também a extinção gradual da Ufir, utilizada pelo Governo para corrigir os seus impostos. Para chegar à desindexação total, Cou-

tinho estuda a hipótese de acabar, ao mesmo tempo, com a Ufir e a correção dos salários mais baixos, que poderia ser baseada na variação do salário mínimo.

"O correto é não indexar nada", sustenta o relator. Para chegar a esse estágio, porém, ele sabe que terá de enfrentar uma longa negociação política dentro do Congresso Nacional. As conversas deverão começar em agosto, após o fim do recesso parlamentar e a reedição da medida provisória.

O líder do Governo no Congresso, deputado Germano Rigotto (PMDB-RS), prevê que a correção automática dos impostos deve mesmo acabar em 1996, após um período de transição durante o qual a Ufir será reajustada trimestral e semestralmente. Ele não vê condições, no entanto, para a criação de mecanismos de proteção aos baixos salários, como deseja o relator da MP.

"Essa suposta proteção significa a manutenção da indexação

da economia e prejudica quem ganha menos, por causa da volta da inflação", sustenta Rigotto, que ontem encontrou-se com o ministro do Trabalho, Paulo Paiva, para conversar sobre a MP. "A Ufir só foi mantida nesse ano por causa de necessidades legais como a de correção de balanços, mas a tendência é a de extingui-la", diz Rigotto.

Coutinho Jorge teve ontem uma amostra de como deverá ser o período de negociação para a aprovação definitiva da desindexação da economia. Ele recebeu em seu gabinete uma missão de empresários da construção civil, acompanhada do deputado Luis Roberto Ponte (PMDB-RS), que solicitou uma mudança nas regras de correção dos contratos do setor.

A MP prevê que os reajustes poderão ser apenas anuais. Mas os empresários alegam que enfrentam aumentos mensais de custos.